

CONCURSO PÚBLICO 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE
FEIRA NOVA DO MARANHÃO – MA

M203 – ORIENTADOR SOCIAL

ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

1. Verifique se este caderno de prova contém 40 (quarenta) questões, sequencialmente numeradas de 1 a 40;
2. Caso haja algum problema, solicite ao fiscal a substituição deste caderno, impreterivelmente até 15 minutos após o início da prova;

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS:

3. Confira seus dados e, havendo erro(s), solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
4. Assine à CANETA no espaço indicado;

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DEFINITIVA:

5. Use somente caneta azul ou preta de tubo transparente, aplicando traços firmes, dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:

A	B		D
---	---	--	---

6. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa;
7. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada;

AO TERMINAR A PROVA:

8. Você deve chamar atenção do fiscal levantando o braço. Ele irá até você recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVA;
9. Recolha seus objetos, deixe a sala e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários e bebedouros, até a saída do local de prova.

ATENÇÃO!

Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas a dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc..., caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com prescrição médica), e armas.

Para os itens de acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc..., e ainda qualquer tipo de carteira e bolsa, lápis e lapiseira/grafite, borracha e estojos, será advertido da proibição do uso. Caso não seja respeitado e devidamente guardado, o candidato poderá ser eliminado.

Atenção:

- Permanência mínima de 1 hora na sala;
- Após 2 horas de prova você poderá levar consigo este caderno.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de: 4h (quatro horas)

NOME COMPLETO:

RG:

LÍNGUA PORTUGUESA**(Responda as questões de 01 a 04)**

Ser Acessível: entenda como atitudes comuns no dia a dia são capacitistas e impedem a inclusão (Parte I)

Especialistas destacam que preconceito pode ser invisível, quando a pessoa- com deficiência é excluída, e como isso atrapalha a inclusão na educação. 'Problema não é errar, é não se abrir para aprender', diz Guilherme Bara.

Pode ser que você nem tenha percebido, mas é bem provável que, em algum momento da vida, seja na escola, trabalho ou na rua, mesmo sem intenção, tenha tomado alguma atitude capacitista. Mas para entender o porquê e como isso ocorre, é preciso responder a primeira pergunta: o que é capacitismo?

Capacitismo é a palavra usada para definir discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência, associando-as a seres humanos inferiores ou menos capazes.

E de onde vem esse preconceito? O professor Régis Henrique dos Reis Silva, da Faculdade de Educação da Unicamp, explica que o conceito ganhou força na sociedade moderna.

“Você passa a ter na modernidade um ideário que, de certa forma, há aqueles que vão ser considerados mais produtivos, portanto, mais capazes, e aqueles que vão ser considerados improdutivos, no caso, os incapazes. E aí dentro desse grupo dos considerados incapazes é onde boa parte das pessoas com deficiência foram classificadas. O capacitismo está muito relacionado a isso.”

E o medo de errar é um problema? Esse comportamento de entender que uns são menos capazes que outros, reproduzido por anos, cria barreiras até mesmo "invisíveis" no caminho da inclusão. Entre elas, o medo de errar com pessoas com deficiência, o que faz com que elas sejam ignoradas no dia a dia.

Uma ideia que precisa ser eliminada, explica Guilherme Bara, que ficou cego na adolescência e que atua como palestrante e consultor nas áreas de diversidade e compliance.

Especialistas ouvidos para a série "Ser Acessível", coprodução do g1 e EPTV que aborda a inclusão e acessibilidade na educação básica, foram unânimes em classificar o capacitismo, uma barreira atitudinal, como a mais difícil de eliminar.

Para além de rampas, pisos táteis, materiais adaptados e outros recursos de acessibilidade, incluir depende de uma mudança de comportamento, conhecimento, vontade e empatia.

O primeiro passo

Um passo fundamental na busca pela erradicação do capacitismo passa pela necessidade de reconhecimento que ele existe. “O primeiro movimento é esse de tomada de consciência”, defende Régis Silva.

Na avaliação de Andreia dos Santos de Jesus, palestrante sobre acessibilidade no 4ª Fórum Diálogos da Educação, a construção de uma sociedade mais humana passa pela necessidade de eliminar o capacitismo, e ela vê a escola pública como porta de entrada para essa mudança de comportamento.

“É quase um pacto com a humanidade. A gente quer a humanidade mesmo, ou quer alguns da humanidade? E acho que a escola pública é onde a gente refaz esse compromisso. Há um caminho longo a ser percorrido, concordo. Muita a coisa a ser feita. Viver nessa diversidade dá muito mais trabalho. Mas o resultado disso pode ser um mundo melhor? Não tenho a menor dúvida disso”, diz Andreia.

E o medo do erro?

Guilherme Bara avalia que parte do distanciamento da sociedade no relacionamento com pessoas com deficiência passa por esse medo de errar e os julgamentos que são feitos a partir desse erro.

“Lidar com erro é fundamental. Às vezes as pessoas excluem pessoas com deficiência não é porque elas são malvadas, é porque elas morrem de medo de errar”, explica.

Mas para aprender e ser anticapacitista é necessário reconhecer que não se sabe ou conhece pouco sobre o tema, que é vulnerável. E o consultor orienta que a melhor de maneira para aprender com base na realidade de outra pessoa “é perguntar mais e deduzir menos”.

“Quando você deduz algo, às vezes, na boa intenção, sua fantasia em relação àquele tema vem à tona, que relaciona a deficiência com incapacidade, com coitadinho, com super-herói”.

Excluir é mais fácil

Segundo Bara, a pessoa com deficiência é, no inconsciente da sociedade, uma pessoa que tem uma vida muito difícil, e em vez de aprender a lidar, ela opta por excluir.

“As pessoas pensam: ‘Imagina que tristeza ter dificuldade para enxergar ou não enxergar nada, dificuldade para ouvir, andar’. E na hora que vou interagir com ela eu ainda vou lá e erro? Meu Deus, aí que vou para o inferno direto. Então o que elas fazem? Buscam aprender? Não, elas vão para o caminho mais fácil, evitam o convívio. E quando falo pessoas, as instituições fazem isso, as escolas fazem isso”, pontua.

Como ele ficou cego? O consultor de 47 anos conta que perdeu a visão por conta de uma retinose pigmentar, e o processo ocorreu durante infância e adolescência, período em que estudava em uma escola regular, e quando o assunto acessibilidade não era discutido.

“Quando eu terminei a escola eu estava cego, mas foi um processo interessante, porque estudei numa escola regular, então eu era a única criança que tinha deficiência visual ali. E 35, 40 anos atrás, tudo era meio novidade, era na raça. Se tinha algum desafio que a escola não resolvia, tinha que ir na delegacia de ensino para não ser excluído das aulas. Minha mãe participou de todo esse desafio”, lembra.

A experiência pessoal serve como referência de que incluir é possível, mesmo com percalços. Numa época desafiadora, sem tantas ferramentas e conhecimento sobre o tema, ele avalia como positivo o processo enfrentado, que solidificou relações de amizade que duram até hoje.

“Embora ninguém já tivesse feito curso de como incluir um aluno com deficiência visual, as pessoas estavam muito abertas a aprender. Foi bom para mim e muito bom para meus amigos poderem, no ambiente escolar, ter contato com alguém com essa característica. Isso fez certamente com que o que olhar deles fosse muito mais natural ao tema da pessoa com deficiência”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/ser-acessivel/noticia/2025/05/19/ser-acessivel-entenda-como-atitudes-comuns-no-dia-a-dia-sao-capacitistas-e-impedem-a-inclusao.ghtml> Acesso em 26/04/2026

QUESTÃO 01

De acordo com o texto, qual é a definição fundamental de 'capacitismo'?

- a) A discriminação que associa pessoas com deficiência a seres inferiores ou menos capazes.
- b) A falta de infraestrutura física, como rampas e pisos táteis, em ambientes públicos.
- c) O processo de perda da visão decorrente de doenças genéticas como a retinose pigmentar.
- d) A dificuldade de aprendizado enfrentada

por alunos com deficiência visual na escola regular.

QUESTÃO 02

Segundo o texto, qual é um dos principais obstáculos para a inclusão de pessoas com deficiência?

- a) A falta de recursos tecnológicos avançados.
- b) O excesso de leis que dificultam a convivência social.
- c) O medo de errar, que leva muitas pessoas a evitarem o convívio.

- d) A recusa das pessoas com deficiência em participar da sociedade.

QUESTÃO 03

De acordo com as ideias apresentadas, qual atitude é considerada essencial para combater o capacitismo?

- a) Evitar contato com pessoas com deficiência para não cometer erros.
- b) Reconhecer a existência do capacitismo e estar aberto a aprender.
- c) Tratar todas as pessoas com deficiência como heróis.
- d) Delegar exclusivamente à escola a responsabilidade pela inclusão.

QUESTÃO 04

Leia o trecho abaixo:

“Um passo fundamental na busca pela erradicação do capacitismo passa pela necessidade de reconhecimento que ele existe.”

Assinale a alternativa que apresenta o significado correto da palavra “erradicação” no contexto:

- a) Redução parcial de um problema social.
- b) Ocultação de um problema para evitar conflitos.
- c) Eliminação completa ou extinção de algo.
- d) Aceitação de uma prática como comum.

(Responda as questões de 05 a 08)

Ser Acessível: entenda como atitudes comuns no dia a dia são capacitistas e impedem a inclusão (Parte II)

'Presença acelera o processo'

Dentro do contexto da educação, Bara destaca que alguns colégios e instituições usam a justificativa de que tecnicamente não estão preparados para acolher, incluir, mas afirma que o medo não pode ser mais uma barreira no caminho da acessibilidade.

O capacitismo mostra-se nesses momentos, em que o primeiro pensamento é acreditar que a criança ou adolescente com deficiência não tem capacidade de estar ali. "Inclusão na educação é fundamental", avisa.

Patrulha do erro

Um dos fatores que tem impulsionado o medo de errar, seja no relacionamento com pessoas com deficiência ou não, está, na avaliação de Guilherme Bara, na forma como a sociedade atual "adora mostrar virtude em cima do erro alheio".

“Qualquer errinho, a gente parece ficar procurando vírgula para fazer um escândalo em cima do outro, para mostrar que a gente é virtuoso. Então, assim, será que a gente, de fato, está aberto para o erro, ou quer apontar o dedo para se sentir bem?”, questiona.

Bara vê tal comportamento como hipócrita, primeiro por não reconhecer que todo mundo é vulnerável, e também por ser uma ação que em vez de facilitar, afasta o cidadão comum do tema sobre acessibilidade e inclusão.

“Isso não quer dizer que vamos errar e está de boa. Não, não. O ideal é não errar, mas o mais importante é a gente se abrir para aprender e o erro faz parte do processo”, completa Bara.

Processos formativos

O professor Régis Henrique dos Reis Silva, da Unicamp, aponta que um meio para eliminar o capacitismo passa por processos formativos, o que envolve conscientização e capacitação profissional, mas que isso por si só não é a solução.

“Essa mudança mais substantiva em relação ao capacitismo começa com os processos formativos,

mas é preciso muito mais do que só processos formativos para a gente pensar, de fato, uma sociedade em que não exista o capacitismo”, defende.

“Pensar mais sobre todos!” Na avaliação da professora Andreia dos Santos de Jesus, a educação inclusiva precisa ser tratada como um compromisso em que cada vez mais esteja na escola quem tem direito de estar nela, em um sistema que ainda “pensa muito pouco sobre todos”.

Para Andreia, “a escola precisa acreditar que tem o que ensinar”, e o tema tem de ser tratado com a devida importância, já que as crianças com deficiência “são a bola da vez”. “Elas chegaram à escola, é fato”, diz.

Tempo para ouvir

Formada em pedagogia pela Faculdade de Educação da Unicamp, a professora destaca que pouca gente acredita que a pessoa com deficiência possa dizer algo, mas o exercício agora envolve não só olhar, mas ouvir – da forma que a pessoa puder se expressar.

“A gente sempre acha que a gente tem que acertar. Então oferta, oferta, oferta, e não dá espaço para a criança responder, porque às vezes ela responde mais vagarosamente, ou não é oralizada. Mas ela tem outras formas de expressão, e a gente precisa entender, e isso demora um pouco mais”, pondera.

Segundo Andreia, por conta desses elementos, o tempo é um fator a ser reconsiderado, seja nas políticas públicas, seja nas escolas, pois o tempo para as coisas acontecerem é diferente para diferentes pessoas, com ou sem deficiência.

“É preciso aceitar isso e continuar lidando que existe humanidade ali dentro daquela pessoa. Porque quando não responde do jeito que você aguarda, você passa a questionar se tem gente ali dentro, sabe? Então a gente só vai construir esse olhar se efetivamente tiver uma disposição para conversar”, completa.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/ser-acessivel/noticia/2025/05/19/ser-acessivel-entenda-como-atitudes-comuns-no-dia-a-dia-sao-capacitistas-e-impedem-a-inclusao.ghtml> Acesso em 26/04/2026

QUESTÃO 05

De acordo com Guilherme Bara, qual comportamento da sociedade atual tem intensificado o medo de errar na interação com pessoas com deficiência?

- a) A crença de que o erro é um passo necessário e positivo em qualquer processo de aprendizagem.
- b) A falta de acesso a tecnologias assistivas de última geração nas escolas.
- c) A excessiva capacitação profissional oferecida por instituições como a Unicamp.
- d) A tendência de exaltar virtudes próprias ao apontar e escandalizar o erro alheio.

QUESTÃO 06

A professora Andreia dos Santos de Jesus propõe uma reflexão sobre o 'tempo' no processo educativo. Qual é o argumento central que ela propôs a esse respeito?

- a) As escolas devem acelerar o aprendizado

de alunos com deficiência para que alcancem os demais.

- b) Políticas públicas e escolas precisam aceitar que o tempo de resposta e expressão varia entre indivíduos.
- c) O tempo é um fator irrelevante desde que haja materiais adaptados e rampas de acesso.
- d) O tempo deve ser rigorosamente o mesmo para todos os alunos para garantir a igualdade

QUESTÃO 07

Análise o seguinte período extraído do texto:

“Bara vê tal comportamento como hipócrita, primeiro por não reconhecer que todo mundo é vulnerável, e também por ser uma ação que em vez de facilitar, afasta o cidadão comum do tema...”

Com base na estrutura sintática e nas

relações de sentido estabelecidas entre as orações acima, assinale a alternativa correta:

- A oração destacada em negrito exerce uma função de consequência em relação à classificação do comportamento como "hipócrita", sendo introduzida por uma preposição com valor conclusivo.
- O termo "primeiro", aliado à preposição "por", estabelece um nexos de causa, iniciando uma enumeração de motivos que justificam por que o consultor rotula a atitude da sociedade como hipocrisia.
- A expressão "em vez de" estabelece um nexos de adição entre as ações de "facilitar" e "afastar", indicando que ambas ocorrem simultaneamente no contexto da acessibilidade.
- A substituição da preposição "por" (em "por não reconhecer") pela conjunção "embora" manteria o nexos semântico original de causalidade, exigindo apenas o ajuste do verbo para o subjuntivo.

QUESTÃO 08

Leia o trecho abaixo:

Para Andreia, “a escola precisa acreditar que tem o que ensinar”, e o tema tem de ser tratado com a devida importância, **já que** as crianças com deficiência “são a bola da vez”. “Elas chegaram à escola, é fato”, diz.

Assinale a alternativa que classifica corretamente a conjunção destacada “**já que**” e seu valor no contexto:

- Conjunção aditiva, que indica soma de ideias entre as orações.
- Conjunção adversativa, que expressa oposição entre as ideias.
- Conjunção causal, que indica o motivo pelo qual o tema deve ser tratado com importância.
- Conjunção conclusiva, que apresenta uma conclusão lógica do pensamento.

(Responda as questões 09 e 10)



Disponível em: <https://tiroletas.wordpress.com/> Acesso em: 22/04/2026

QUESTÃO 09

Leia a expressão abaixo:

“FUJA! FUJA!”

Assinale a alternativa que melhor explica o uso do modo verbal imperativo nessa frase:

- O imperativo é usado para indicar uma ação que aconteceu no passado.
- O imperativo é usado para expressar uma ordem, pedido ou conselho dirigido ao interlocutor.
- O imperativo é usado para narrar acontecimentos de forma neutra e objetiva.
- O imperativo é usado para indicar dúvida ou possibilidade de ação.

QUESTÃO 10

Leia a frase abaixo:

“Agora ela vai ter que virar a página.”

Assinale a alternativa que explica corretamente o sentido da expressão destacada:

- a) Trata-se de um sentido conotativo, pois significa recomeçar, superar uma situação ou seguir em frente.
- b) Trata-se de um sentido denotativo, pois indica literalmente a ação de virar a página de um livro.
- c) Trata-se de um sentido denotativo, pois descreve uma ação física obrigatória no cotidiano de seguir dia a dia.
- d) Trata-se de um sentido conotativo, pois indica a leitura de um novo livro

ATUALIDADES E CONHECIMENTOS MUNICIPAIS**QUESTÃO 11**

O processo de ocupação do território maranhense foi marcado por diferentes ciclos econômicos e fluxos migratórios. No sul do estado, onde se localiza o município de Feira Nova do Maranhão, a história recente está intimamente ligada ao desbravamento das fronteiras agrícolas e à emancipação de antigos distritos. Criado na década de 1990, o município de Feira Nova do Maranhão originou-se a partir do desmembramento de um importante polo regional.

Considerando o contexto histórico de formação e emancipação política de Feira Nova do Maranhão, assinale a alternativa que indica corretamente o município do qual ele foi desmembrado e o período de sua criação:

- a) Desmembrado de Balsas, na década de 1990, impulsionado pelo ciclo do algodão.
- b) Desmembrado de Riachão, em 1994, por meio de lei estadual durante a onda de emancipações no Maranhão.

- c) Desmembrado de Imperatriz, em 1990, devido à expansão da fronteira agrícola da soja.
- d) Desmembrado de Carolina, em 1997, como parte do projeto de integração do Vale do Parnaíba.

QUESTÃO 12

A cultura maranhense é um mosaico de influências indígenas, africanas e europeias, expressa em festas populares, culinária e religiosidade. No município de Feira Nova do Maranhão, além das festividades tradicionais do estado, como o Bumba-meu-boi, existem celebrações que reforçam a identidade da comunidade local e a integração com a região sul do Maranhão, muitas vezes ligadas ao calendário religioso e à vida rural.

Considerando o patrimônio cultural e as tradições de Feira Nova do Maranhão, assinale a alternativa que descreve corretamente uma manifestação ou aspecto cultural relevante do município:

- a) A celebração do Tambor de Crioula é a única festividade oficial do município, devido à colonização exclusivamente quilombola da região.
- b) O município é o principal polo do estado na produção de azulejaria portuguesa, mantendo viva a tradição herdada de São Luís.
- c) A cultura local é definida predominantemente pela "Festa do Divino Espírito Santo", que ocorre anualmente no mês de dezembro para celebrar a colheita da soja.
- d) O festejo de São Francisco de Assis, o padroeiro da cidade, destaca-se como um momento de forte expressão religiosa e social para a população feira-novense.

QUESTÃO 13

A economia do Maranhão tem passado por transformações significativas, impulsionadas pela expansão da fronteira agrícola e por investimentos em logística. No Sul Maranhense, região onde se localiza o município de Feira Nova do Maranhão,

observa-se uma forte integração com a região do MATOPIBA (acrônimo para as áreas de Cerrado no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Embora a produção em larga escala de commodities seja marcante na região, a economia interna do município de Feira Nova do Maranhão ainda apresenta características específicas de subsistência e comércio local. Considerando os indicadores econômicos e a realidade produtiva de Feira Nova do Maranhão, assinale a alternativa correta:

- a) O setor de serviços e a administração pública possuem um peso significativo no PIB municipal, acompanhados pela agropecuária, com destaque para a criação de bovinos e o cultivo de arroz e milho.
- b) A economia municipal é baseada majoritariamente no setor industrial de transformação, com destaque para a metalurgia de exportação.
- c) O município é o maior produtor de energia eólica do estado, sendo essa a sua principal fonte de arrecadação de impostos.
- d) A atividade econômica de Feira Nova do Maranhão é isolada do setor agropecuário, sustentando-se exclusivamente pelo turismo de praias fluviais durante todo o ano.

QUESTÃO 14

O estado do Maranhão desempenha um papel estratégico nas relações internacionais do Brasil, especialmente por meio do Complexo Portuário do Itaqui e da sua inserção no MATOPIBA. A dinâmica econômica de municípios como Feira Nova do Maranhão é influenciada por acordos comerciais e pela demanda externa de grandes blocos econômicos, que impactam diretamente os preços e o escoamento da produção agrícola regional (soja, milho e carne). Considerando a participação do Maranhão no comércio internacional e as relações diplomáticas do Brasil, assinale a alternativa que descreve corretamente um fator de influência externa na economia regional:

- a) A saída do Brasil do Mercosul em 2024

eliminou as taxas de exportação de grãos do Sul Maranhense para a Argentina.

- b) O fortalecimento das relações comerciais com o BRICS+, grupo do qual o Brasil faz parte, amplia o acesso da produção agropecuária maranhense a mercados emergentes como o da China e da Índia.
- c) A proibição de exportações via Porto do Itaqui para a União Europeia, devido ao Tratado de Versalhes, impede o crescimento de Feira Nova do Maranhão.
- d) O município de Feira Nova do Maranhão possui autonomia diplomática para assinar tratados de livre comércio diretamente com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

QUESTÃO 15

O conceito de Desenvolvimento Sustentável pressupõe um modelo de crescimento que atenda às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras. No contexto do estado do Maranhão e de municípios como Feira Nova do Maranhão, a aplicação desse conceito enfrenta o desafio de conciliar a expansão da fronteira agrícola com a preservação do Cerrado e a gestão eficiente dos recursos hídricos. Com base neste contexto, assinale a alternativa que indica uma ação alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável na gestão municipal:

- a) Priorizar a pavimentação de vias rurais utilizando recursos provenientes da desativação total das áreas de Reserva Legal das propriedades privadas.
- b) Incentivar o desmatamento de matas ciliares para facilitar o acesso do gado aos leitos dos rios, visando aumentar a produtividade leiteira no curto prazo.
- c) Implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, visando a substituição de lixões por aterros sanitários ou soluções consorciadas de reciclagem.
- d) Isentar de qualquer fiscalização ambiental as empresas que se instalarem no município, como forma exclusiva de acelerar o crescimento econômico local.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

No *Microsoft Excel*, uma função é definida a partir de um nome de identificação, que pode ser escrito com ou sem argumentos, os quais são os parâmetros para a efetivação da ação da função. A respeito desse tema, assinale a alternativa que contém um exemplo de função sem argumento.

- a) =SOMA(E6:E21)
- b) =MÁXIMO(E6:E21)
- c) =AGORA()
- d) =MÉDIA(E6;E21)

QUESTÃO 17

A placa-mãe é um grande circuito impresso que fica dentro do gabinete e contém vários componentes eletrônicos. Ela é a parte mais importante do sistema, pois interliga todos os dispositivos de um computador. Um dos elementos da placa-mãe é o *chipset*, que corresponde:

- a) Ao conjunto de circuitos integrados responsável pelo controle de diversos dispositivos e a comunicação entre memória e processador.
- b) Ao local onde são armazenados os dados manipulados pelo processador.
- c) A uma ferramenta responsável pelo processamento das informações do computador.
- d) A um termo genérico que designa os locais onde os dados são armazenados de forma permanente ou temporária.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa que descreve corretamente os programas que fazem a comunicação entre o sistema operacional do computador e algum *hardware*.

- a) *E-mails*.
- b) *Drivers*.
- c) Barramentos.
- d) Distribuições Beta.

QUESTÃO 19

Segurança da Informação é um termo que descreve técnicas, recursos, componentes e hábitos que permitam que usuários considerem um sistema de informações confiável.

De acordo com Antônio (2020), há quatro princípios básicos de segurança da Informação. Assinale a alternativa correta referente ao princípio da integridade.

- a) Garante que uma informação não foi alterada durante seu trajeto do emissor para o receptor ou durante o seu armazenamento.
- b) Garante que um sistema estará sempre disponível quando necessário.
- c) Garante que os dados só serão acessados por pessoas autorizadas, normalmente detentoras de *login* e senha que lhes concedem esses direitos de acesso.
- d) Garante a identidade de uma pessoa (física ou jurídica) ou de um servidor (computador) com quem se estabelece uma transação

QUESTÃO 20

Entre as ameaças associadas à utilização da internet, existe um golpe muito utilizado para obter dados de usuários desavisados. Esses usuários recebem uma mensagem ilegítima que aparenta pertencer a uma instituição conhecida, como um banco, ou um órgão do governo (Receita Federal, por exemplo). Nessas mensagens eletrônicas falsas, há normalmente *links* que apontam para páginas falsas que pedem dados, como CPF e senhas. Esse golpe é conhecido como:

- a) *Ransomware*.
- b) *Worm*.
- c) *Firewall*.
- d) *Phishing*.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 21**

O Ministério Beta lançou programa de modernização administrativa que incluiu a digitalização de processos e a divulgação

de dados institucionais em portal eletrônico. Contudo, determinados documentos relativos à segurança de infraestruturas críticas foram classificados como sigilosos, com restrição de acesso ao público em geral.

Um cidadão questionou a legalidade da restrição, alegando violação ao princípio da publicidade.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A publicidade administrativa possui caráter absoluto, sendo vedada qualquer restrição ao acesso a informações públicas.
- b) A restrição de acesso é possível quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) A Administração pode restringir o acesso a qualquer informação, desde que haja discricionariedade administrativa.
- d) O princípio da eficiência prevalece sobre a publicidade, autorizando o sigilo sempre que houver ganho de desempenho administrativo.

QUESTÃO 22

O Estado Gama realizou diversas contratações para suprir necessidades administrativas urgentes. Em auditoria, foram identificadas as seguintes situações:

- I. Nomeação de servidores para cargos em comissão destinados exclusivamente a atividades técnicas permanentes.
- II. Contratação temporária de pessoal sem lei autorizadora específica, ainda que demonstrada a urgência da situação.
- III. Investidura em cargo efetivo sem concurso público, sob justificativa de necessidade imediata do serviço.
- IV. Nomeação para cargo em comissão para funções de direção e assessoramento.

Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva IV está correta.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 23

Durante operação realizada por agentes de empresa pública prestadora de serviço público, um equipamento defeituoso causou danos materiais a terceiros. A investigação administrativa concluiu que:

- o agente atuou no exercício de suas funções;
- houve falha operacional que resultou no dano;
- não ficou comprovada conduta dolosa ou culposa do agente;
- o prejuízo ao particular foi devidamente demonstrado.

Diante disso, o particular ingressou com ação indenizatória.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade da entidade é subjetiva, exigindo prova de culpa do agente.
- b) A entidade responde objetivamente, independentemente de culpa, sendo possível ação regressiva apenas se houver dolo ou culpa do agente.
- c) A responsabilidade depende da comprovação de ilegalidade da conduta administrativa.
- d) A empresa pública não responde por danos causados por seus agentes.

QUESTÃO 24

O Prefeito do Município de Hipérbole, visando acelerar a execução de seu plano de governo, demonstrou insatisfação com a duração dos processos licitatórios. Com o objetivo de conferir maior celeridade às contratações públicas, convocou reunião com seu secretariado e anunciou a adoção de medidas inovadoras no âmbito das licitações e contratos administrativos.

Na ocasião, foram apresentadas as seguintes deliberações:

Decisão I – Instituição de uma nova modalidade de licitação denominada “Leilão Reverso de Alto Impacto”, caracterizada pela seleção da proposta de menor valor, sem exigência de documentação de habilitação, dispensando a formalização

contratual e aplicável a contratações de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Decisão II – Realização de procedimento híbrido, mediante a combinação das modalidades pregão e diálogo competitivo, com prazo máximo de 8 (oito) dias úteis para conclusão, exigindo apenas comprovação de regularidade fiscal e substituindo o contrato administrativo por simples emissão de nota de empenho.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca das modalidades de licitação e das regras procedimentais, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as decisões estão corretas.
- b) Apenas a decisão II está correta.
- c) Todas as decisões estão incorretas.
- d) Apenas a decisão I está correta.

QUESTÃO 25

Em relação ao previsto sobre os servidores públicos municipais na Lei Orgânica de Feira Nova do Maranhão, assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei assegurará, aos servidores da Administração Direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local do trabalho.
- b) O Município instituirá o regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da Administração Pública Direta, das Autarquias e Fundações públicas.
- c) É função do Município prestar um serviço público eficiente, com servidores justamente remunerados.
- d) O servidor público municipal terá direito, na forma da lei, após cada período de cinco anos, apenas contínuos, a percepção de adicional por tempo de serviço público municipal, calculado sobre o padrão de vencimento, mas sem qualquer incorporação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

A Lei Orgânica de um município, respeitando os princípios da Constituição Federal e todas as diretrizes da legislação de um estado, funciona como uma espécie de “Constituição local”, estabelecendo regras fundamentais para a organização política, administrativa e financeira da cidade. Nesse sentido, de acordo com o Art. 1º da Lei Orgânica de Feira Nova do Maranhão, qual das opções abaixo não faz parte do conjunto de princípios que a organização municipal em questão prevê observar no seu processo de gestão pública?

- a) A prática democrática, a busca da soberania, a participação popular e a preservação do território.
- b) A transparência, o controle popular da ação do governo e a preservação dos valores culturais da população.
- c) A programação e o planejamento sistemático e responsável a partir da autonomia municipal.
- d) A garantia de acesso aos bens e serviços a uma parcela exclusivamente privilegiada dos munícipes.

QUESTÃO 27

Feira Nova do Maranhão, parte integrante da República Federativa do Brasil e do estado do Maranhão, dotado de personalidade jurídica e de direito público interno, exercendo a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, asseguradas pela Constituição da República, organiza-se nos termos da Lei Orgânica do município também sobre a questão da assistência social. Diante disso, sobre tal seção, formalizada no Art. 146 da citada lei, o município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, provendo, favorecendo e coordenando as iniciativas para tal fim. Então, nessa meta, qual alternativa não compõe os objetivos do seu Plano de Assistência Social?

- a) Igualdade de cidadania e reversão do caráter discriminatório da prestação de serviços aos segmentos de menor poder aquisitivo.

- b) Proteção a qualquer grupo familiar, ao processo de maternidade, ao tempo da infância e da adolescência e aos que fazem parte da chamada terceira idade.
- c) Amparo a cada criança e adolescente carente, mas que não tenha, em hipótese alguma, deficiência ou necessidade de investimentos para integração a vida comunitária.
- d) Superação das violências nas relações coletivas e familiares contra todo e qualquer segmento ou cidadão.

QUESTÃO 28

Numa dimensão macro, a decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Nesse viés, o que a iniciativa descrita não traduz?

- a) Uma visão voltada para o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- b) Uma visão da assistência social como política nacional, configurando-se como uma nova situação para o Brasil, ou seja, significa garantir a todos, que dela necessitam, a partir de significativa contribuição prévia e pagamento de carnê de seguridade, a provisão dessa proteção.
- c) Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.
- d) Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível.

QUESTÃO 29

Como operacionalização da política nacional, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como o primeiro contato das famílias com o SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de muitas famílias à rede de proteção social de assistência social. Nesse movimento, qual alternativa apresenta exemplos de serviços designados ao CRAS?

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Cadastro Único para programas sociais e apoio comunitário com ações de prevenção, palestras e campanhas que promovam inclusão social e melhoria da qualidade de vida.
- b) Controle ideológico de novas referências para os diferentes arranjos familiares, edificando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear e fazendo a avaliação de quem está no padrão da tradição para a obtenção de benefícios.
- c) Registro da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, contabilizando e quantificando casos de forma a construir estatísticas locais, mas sem a incubência de ações preventivas ou intervenções práticas.
- d) Inserção imediata de todos os cidadãos no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com a formalização do Número de Inscrição do Trabalhador – NIT, definindo com autonomia e autoridade o valor do benefício de aposentadoria.

QUESTÃO 30

Desenvolvido e ofertado pelos Centros de

Referência de Assistência Social – CRAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF tem como objetivo central fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo situações de vulnerabilidade e risco social antes que se agravem. O serviço atua de forma preventiva, promovendo o acesso a direitos, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o desenvolvimento da autonomia das famílias atendidas. Nesse movimento, como se caracteriza o atendimento do PAIF?

- a) O atendimento do PAIF é contínuo, gratuito e universal.
- b) O atendimento do PAIF é temporário, particular e excludente.
- c) O atendimento do PAIF é vinculado ao pagamento de taxa, segregador e seletivo.
- d) O atendimento do PAIF é sistemático, rigoroso e elitista.

QUESTÃO 31

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS em seu processo de operacionalização de metas inclui a consideração do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990). A PNAS, aprovada em 2004, busca organizar e garantir os direitos sociais, atendendo às necessidades básicas de quem mais precisa. O ECA, por sua vez, estabelece direitos e deveres dos cidadãos e do Estado, incluindo a proteção e os direitos das crianças e adolescentes. Diante disso, ambos os documentos são essenciais para implementação de políticas que garantam a proteção da população brasileira. De forma especial, de acordo com o ECA, o que é correto afirmar?

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e vinte e um anos de idade.
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e vinte e um anos de idade.
- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos de idade

incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.

- d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

QUESTÃO 32

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990), em seu Art. 4º, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Dito isso, o que não está certo considerar sobre a garantia de prioridade?

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- c) Destinação secundária de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- d) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

QUESTÃO 33

Em 6 de julho de 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Diante disso, de acordo com o Art. 2º da legislação em questão, quem considerar como pessoa com deficiência?

- a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

- b) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo apenas de natureza física, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, quando sem direito a acessibilidade, pode ter sua participação plena e efetiva afetada na sociedade.
- c) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo ou curto prazo apenas de natureza mental ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- d) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo apenas de natureza sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, quando sem direito de inclusão na vida prática, pode ter sua participação plena e efetiva afetada na sociedade.

QUESTÃO 34

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340) entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, em homenagem à ativista Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica que resultou em paraplegia após duas tentativas de assassinato pelo marido. A lei foi uma resposta à crítica sobre a ineficiência do sistema judiciário brasileiro em proteger mulheres contra abusos domésticos. Sobre isso, analise os tipos de violência reconhecidos pela lei.

- I – Qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.**
- II – Ações que causem dano emocional, diminuição da autoestima ou controle sobre decisões e comportamentos.**
- III – Coerção ou imposição de relações sexuais não desejadas, incluindo restrição de direitos sexuais e reprodutivos.**
- IV – Retenção, destruição ou subtração de bens, documentos ou recursos econômicos.**
- V – Calúnia, difamação ou injúria.**
- VI – Qualquer forma de violência praticada contra descendente, ascendente, dependente, enteado, parente, pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher ou pessoa de sua rede de apoio,**

com vistas a atingi-la.

De qual tipo de violência cada opção trata?

- a) I – Psicológica / II – Física / III – Vicária / IV – Patrimonial / V – Sexual / VI – Moral
- b) I – Física / II – Psicológica / III – Sexual / IV – Patrimonial / V – Moral / VI – Vicária
- c) I – Física / II – Psicológica / III – Sexual / IV – Moral / V – Patrimonial / VI – Vicária
- d) I – Psicológica / II – Vicária / III – Física / IV – Patrimonial / V – Sexual / VI – Moral

QUESTÃO 35

A Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso que tem por objetivo assegurar os direitos sociais de tal grupo, de faixa etária específica, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Então, de acordo com o Art. 2º, para os efeitos desta lei, quem é considerado idoso?

- a) A pessoa maior de sessenta anos de idade.
- b) A pessoa maior de setenta anos de idade.
- c) A pessoa maior de sessenta e cinco anos de idade.
- d) A pessoa maior de setenta e cinco anos de idade.

QUESTÃO 36

A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil teve sua expressão política na década de 90, quando este fenômeno, fruto das desigualdades sociais, de gênero, de raça e etnia, foi incluído na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes. Portanto, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, protocolado em 2002, é um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual. Sobre o documento o que é correto afirmar?

- a) As condições objetivas para efetivação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil fundamentam-se na exigibilidade do dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Poder Público.
- b) O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil é um documento ainda não legitimado e sem referência para as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal.
- c) O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil está plenamente dissociado dos fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) As condições objetivas para operacionalização do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil precisam seguir desconectadas de forças e atores governamentais, não-governamentais e organismos internacionais.

QUESTÃO 37

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE constitui-se de uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizados pela prática de ato infracional. Nessa perspectiva, o SINASE foi aprovado pela Resolução nº 119 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, em 11 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 12.594 de 2012. Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. Pensando-se nisso, qual das alternativas abaixo não está em sintonia com os fundamentos e os objetivos do SINASE?

- a) A adolescência é uma fase singular da vida repleta de grande oportunidade para aprendizagem, socialização e desenvolvimento, necessitando de atenção e cuidado.
- b) Atos infracionais cometidos por adolescentes

devem ser entendidos como resultado de circunstâncias que podem ser transformadas e de problemas passíveis de superação, avançando na direção de uma inserção social saudável e de reais oportunidades.

- c) Os adolescentes precisam ser protegidos de novas violências, a exemplo do que representaria a convivência com criminosos adultos em prisões superlotadas, além do estigma do encarceramento.
- d) No caso de adolescentes infratores, o foco deve ser a responsabilização clara e o isolamento, conduzindo claramente para o cumprimento de pena com o caráter punitivo e não socioeducativo.

QUESTÃO 38

O Decreto Federal nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e estabelece diretrizes para a implementação do programa. O grupo em ênfase, a população em situação de rua, é definido como aquele que vive em condições de pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e sem moradia convencional. Então, nesse viés, o que faz parte dos princípios da política em questão?

- a) Os princípios da política em questão incluem atendimento humanizado e não universal, específico ou relativo a um único caso ou grupo.
- b) Os princípios da política em questão incluem respeito efetivo às condições sociais, mas avaliando e ofertando atendimento de acordo com os padrões estabelecidos de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero e orientação sexual e religiosa.
- c) Os princípios da política em questão incluem respeito à dignidade da pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania.
- d) Os princípios da política em questão incluem atenção especial e prioridades às pessoas sem qualquer deficiência.

QUESTÃO 39

A Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um dos momentos mais

decisivos da história. Pela primeira vez, o mundo reconheceu formalmente que toda pessoa, independentemente de origem, credo, raça, gênero ou condição social, possui direitos inalienáveis. Esse marco aconteceu em 10 de dezembro de 1948, quando, ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e das atrocidades cometidas contra milhões de pessoas, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Dito isso, qual alternativa está incorreta?

- a) Mais do que um documento simbólico, a Declaração estabeleceu um novo paradigma: os direitos humanos não são uma concessão dos Estados, mas um compromisso irrenunciável da comunidade internacional para garantir a dignidade, a liberdade e a justiça para todas as pessoas.
- b) O documento nasceu da necessidade urgente de impedir que as violações do passado se repetissem, inspirando constituições nacionais e legislações ao redor do mundo, servindo como base para avanços sociais e para a luta contra injustiças estruturais.
- c) Apesar das persistentes violações aos direitos humanos, a Declaração permanece como um farol de resistência e seus princípios fundamentais continuam sendo um lembrete de que a dignidade humana deve estar acima de interesses políticos e econômicos.
- d) Defender os direitos humanos é uma escolha e, por isso, cada artigo da Declaração representa uma opção pessoal livre e sem consequências, que pode ser acolhida ou não, perpassando como um compromisso negociável.

QUESTÃO 40

Entendendo a importância histórica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as alternativas abaixo com atenção.

I – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência e agindo em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

II – Todo ser humano tem capacidade para

gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

III – Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

IV – Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

V – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.

VI – Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

VII – Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação.

VIII – Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.

IX – Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião.

X – Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

Sobre as alternativas expostas, o que é possível concluir?

- a) Todas as alternativas estão de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas há outros direitos além dos que foram evidenciados.
- b) A alternativa X é a única das opções apresentadas que não está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) A alternativa V é a única das opções apresentadas que não está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- d) A alternativa II é a única das opções apresentadas que não está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.